

O DIÁRIO ÍNTIMO NA SALA DE AULA

Márcio Couto HENRIQUE
Sara da Silva SULIMAN
(Universidade Federal do Pará)

RESUMO: O artigo discute os limites e as possibilidades da utilização de diários íntimos em sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, não apenas como fonte de pesquisas, em diferentes áreas de conhecimento, mas também como ferramenta pedagógica, enriquecedora do processo de transposição didática das pesquisas acadêmicas para o espaço da sala de aula. Com relação aos limites desse suporte da escrita íntima, trata-se de refletir sobre o invólucro de sinceridade que caracteriza os registros íntimos, capaz de envolver o professor-pesquisador na aura de força, convicção e veracidade da escrita de si. Atento a esses limites, notam-se as múltiplas possibilidades de uso dos diários íntimos em sala de aula, articulando temas diversos em abordagem interdisciplinar, além de fazer uso de suporte bastante familiar entre os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Diários; instrumento pedagógico; perspectiva interdisciplinar.

ABSTRACT: The article discusses the limits and possibilities of using diaries in the classroom of the elementary and high school, not only as a source of research in different areas of knowledge, but also as a pedagogical tool, enriching the process of didactic transposition of the academic research for the space of the classroom. Regarding the limits of that support of writing intimate, must reflect about the wrapper of sincerity that characterizes the personal records, able to involve the teacher-researcher in the aura of strength, conviction and veracity of the writing of itself. Aware of these limits, the multiple possibilities of use of the diaries in the classroom are noticed, articulating various topics in an interdisciplinary approach, besides using familiar support between students.

KEYWORDS: Diaries; pedagogical tool; interdisciplinary perspective.

1. DIÁRIO ÍNTIMO COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Entre as várias razões apresentadas por Henrique (2009) para explicar o que leva uma pessoa a escrever diário íntimo, consta o fato desse tipo de escrita constituir prática educativa. De fato, como mostra o autor, de longa data é a tradição dos pais escreverem diários visando a edificação dos filhos, registrando experiências consideradas valorosas e dignas de serem copiadas pelos mais novos.

¹ Em muitos outros casos, a tarefa de escrever sobre si mesmo era amplamente incentivada por pais e/ou professores, preocupados com a edificação moral dos adolescentes e conscientes das múltiplas possibilidades que esse tipo de escrita revelava enquanto forma de sistematização do pensamento, exercício da escrita, constituição da identidade e controle de si mesmo. Pode-se citar, por exemplo, o caso de Helena Morley (2005, p. 68), que começou a escrever diário seguindo conselho de seu pai:

Segunda-feira, 24 de julho [1893]. Cada dia acho mais razão no conselho de meu pai de escrever no meu caderno o que penso ou vejo acontecer. Ele me disse: 'Escreva o que se passar com você, sem precisar contar às suas amigas e guarde neste caderno para o futuro as suas recordações'.²

O preceito “guarde neste caderno para o futuro as suas recordações” era garantia de que as experiências valorosas registradas poderiam servir para a edificação de outras pessoas no futuro, além

¹ Deve-se observar que, em alguns casos, apresentar a justificativa de que estavam escrevendo diário a pedido de amigos ou parentes, ou unicamente para a edificação dos filhos era forma de escapar da acusação de narcisismo, demonstrando certo distanciamento emocional da tarefa que se impuseram. Conferir Gay, P. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 131.

² Helena Morley era o pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970). Apesar de a autora afirmar na introdução que, “[n]esses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes...” (p. 14), alguns críticos suspeitam que algum literato hábil teria dado o toque final antes da publicação. Conferir Schwarz, Roberto. “Outra Capitu”. In: *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

de ajudar a autora do diário a recuperar o “fio de memória” nos momentos em que a identidade construída para si manifestasse sinais de dispersão. Por outro lado, registrar os fatos do cotidiano “sem precisar contar às suas amigas” era forma de circunscrever essa prática educativa ao ambiente familiar, limitando possíveis influências do meio social.

Conforme mostra Philippe Lejeune (1997), incentivar as garotas a escrever diário íntimo era parte do sistema disciplinar para torná-las boas esposas, boas cristãs e boas mães, configurando técnica usada para colaborar com sua própria disciplina. Dessa forma, o diário íntimo ajudaria no processo de internalização das habilidades que constituíam o papel social da mulher. Era, portanto, espaço privilegiado para o exercício das “técnicas corporais” aprendidas socialmente (“habitus”) a respeito da maneira como convém às pessoas de cada sociedade saber servir-se de seus corpos, reveladoras de que o corpo humano é entidade biológica e, ao mesmo tempo, cultural (Mauss, 1974). Dessa forma, a leitura do diário íntimo nos permite visualizar a maneira como a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos, através do processo de educação das necessidades e das atividades corporais, levando o indivíduo ao adestramento de si por si mesmo. Vê-se, portanto, nos registros feitos no diário íntimo, em maior ou menor grau, vestígios de tudo o que aprendemos na experiência da vida em sociedade, “o que considerar como razão e limite da excitabilidade, os limites da resistência e da dor, os prazeres verbalizáveis e os indizíveis e até mesmo o conteúdo de nossas experiências oníricas” (Lévi-Strauss, 1974, p.4).³

Geralmente as garotas eram estimuladas a escrever diário íntimo por volta de dez anos, um ano antes da primeira comunhão (Lejeune, 1997, p. 106-107). A baronesa de Langsdorff, que esteve no Brasil entre 1842-1843, começou seus registros íntimos pouco mais tarde, aos 15 anos, também a conselho de seu pai e continuou

³ Cabe observar que nem Mauss nem Lévi-Strauss tratam de diários íntimos, mas a reflexão que eles fazem sobre o processo de educação das necessidades e das atividades corporais cabe perfeitamente ao estudo dos diários.

a escrever por toda a vida (Langsdorff, 2000). Borges (2002, p. 116) lembra que, na França do século XIX, “... se criou nas jovens das elites o hábito de escrever o que é chamado em francês de *journal intime*, como parte de sua educação até o casamento”. Logo o hábito chamou a atenção da Igreja Católica, que tratou de incentivar a escrita de diários como exercício de exame de consciência, certamente facilitador da confissão dos pecados aos padres. Entretanto, a possibilidade de que a escrita íntima pudesse gerar nas garotas atitudes não convenientes com o que se esperava delas, tais como vaidade, complacência e tentações literárias, manteve a Igreja numa postura ambígua frente a essa prática cultural (Lejeune, 1997, p. 106).

Afinal, as mesmas páginas que serviam para estabelecer a razão e o limite da excitabilidade, os prazeres verbalizáveis, favoreciam e estimulavam o registro e a livre imaginação dos prazeres indizíveis, muitas vezes revelados nos registros de sonhos, essa via de acesso ao prazer excluído (pela Igreja) do casamento. Jacques Le Goff destacou com precisão que “... mesmo aviltado ao estado de acessório... o sonho continua a desempenhar o seu papel de dispersão, de instrumento próprio para vencer as censuras e as inibições” (1993, p. 288). O diário de Lucile Le Verrier, adolescente francesa do século XIX, parecia estar repleto de confissões palpitantes, das que geralmente se receia contar aos padres ou aos pais. Escrevia ela, aos 13 anos de idade: “... nem mamãe sabe que estou escrevendo um diário; senão ela quereria lê-lo, e então ele seria um exercício de estilo, não mais meu confidente...” (*apud* Lejeune, 1997, p. 108).

Além de pais e padres, encontram-se também professores entre os incentivadores da escrita de diários íntimos. É o caso de Maria Carolina de Jesus, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que iniciou sua trajetória de escrita íntima motivada por uma professora: “... o meu amor pela literatura foi-me incutido por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente” (Jesus, 2006, p.170). Convém salientar que, se nos dias de hoje, a prática da escrita

de diários está associada à condição feminina, definida como “coisa de mulher”, até o século XIX o número de homens que escrevia diários íntimos era bem mais proporcional ao número de mulheres. E, em época mais recuada, entre os séculos XVI e XVIII, escrever diários estava muito mais associado ao universo masculino. Somente nos Oitocentos o diário íntimo passa a ter a conotação pejorativa de “coisa de mulher”.

Numa lista que considere homens que viveram parte de/ou toda sua vida no século XIX, pode-se citar entre os adeptos do gênero no Brasil o imperador D. Pedro II (1825-1891) (Bediaga, 1999), o general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) (Couto de Magalhães, 1998), os abolicionistas Joaquim Nabuco (1849-1910) (Nabuco, 2006) e André Rebouças (1838-1898) (Rebouças, 1938) e o literato Lima Barreto (1881-1922) (Barreto, 2001). Muito embora não se tenha conhecimento de diários íntimos escritos por Machado de Assis (1839-1908), sua obra é reveladora da amplitude dessa prática entre os homens oitocentistas, eis que o literato recorreu ao suporte do diário (“estas folhas de solitário”) para pôr em evidência as experiências do personagem principal do conto *Memorial de Ayres* (Machado de Assis, 2003, p. 23). Evidentemente, o número de diários íntimos que não sobreviveram ao tempo, escritos por pessoas “comuns”, era muito maior.

Nos últimos anos, os diários íntimos que sobreviveram ao tempo tem sido alvo de crescente interesse por pesquisadores de diferentes áreas. Historiadores, antropólogos (Henrique, 2009), pedagogos (Mignot, 2000), psicólogos (Calligaris, 1998), além dos pesquisadores da área de Letras (Bastos, 2002; Schwarz, 1997) têm abordado esse suporte da escrita de si a partir de diferentes ângulos, evidenciando a riqueza dos diários íntimos enquanto fonte de pesquisa. Pretendemos destacar nesse artigo que além de fonte de pesquisa acadêmica, os diários íntimos constituem importante ferramenta pedagógica, instrumento enriquecedor do processo de transposição didática das pesquisas acadêmicas no espaço da sala de aula do Ensino Fundamental e Médio.

2. O DIÁRIO ÍNTIMO NA SALA DE AULA

Em primeiro lugar, cabe fazer breve reflexão sobre a especificidade do diário íntimo enquanto fonte histórica. Trata-se de documento bastante sedutor, eis que envolto sob o invólucro da sinceridade, armadilha para a qual o professor-pesquisador deve estar atento. Texto escrito na primeira pessoa do singular, o registro íntimo “produz um ‘excesso de sentido’ que insufla força, convicção e veracidade...” (Dauphim & Poublan, 2002, p.76). Apresentando-se como discurso espontâneo, marcado pelo registro da intimidade, a princípio produzido apenas para o próprio escritor, sem ter em vistas a publicação ou para ser publicado após a morte, o diário íntimo acaba por produzir um “efeito de verdade” cuja sedução precisa ser discutida. Ocorre que a pretensa “sinceridade” ostentada pelos autores de diários faz parte do que Lejeune (1975) chamou de “pacto-autobiográfico”: a ideia de que o conteúdo dos registros íntimos é verdadeiro se baseia na noção de que o autor está sendo “sincero”. Trata-se de promessa de sinceridade, de desnudamento completo de si.

Ora, essa promessa de sinceridade característica dos diários íntimos acompanha o empreendimento autobiográfico desde Rousseau, que em suas *Confissões* prometia desnudar plenamente seu íntimo:

[d]ou começo a uma empresa de que não há exemplos, e cuja execução não terá imitadores. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza; e serei eu esse homem (Rousseau, 1959, p.11).

Apesar da promessa de sinceridade, as confissões de Rousseau expressam, mais do que “a” verdade de sua vida, a imagem que gostaria que a posteridade tivesse dele. Ele próprio se dava conta do aspecto ambicioso e controvertido de seu projeto, ao afirmar que “... [t]alvez tenha imaginado ser verdadeiro o que eu acreditava que o devesse ser, porém jamais o que eu soubesse ser falso” (Rousseau, 1959, p. 12). O mesmo raciocínio vale para a leitura dos diários

íntimos, sustentado no conceito de “sinceridade”, “... um conceito frágil e, além de pouco definido, sempre sob suspeita” (Damião, 2006, p. 74). A fragilidade da noção de “sinceridade” que acompanha os diários íntimos reside no fato de que ela pode tornar-se auto-engano ou ser fruto de criação artística do sujeito que se pretende sincero, mas não faz mais do que criar uma impressão de verdade, relatando como realmente experimentado e vivido experiências baseadas na imaginação e no sentimento.

O diário não deve ser tratado nem como “verdade”, eis que a sinceridade também pode ser mentirosa (existem mentiras sinceras), nem como “máscara”, para não correr o risco de pensar que por trás dessa “máscara” haveria algum tipo de essência que conteria a verdade do autor. Por tudo isso, o diário íntimo deve ser tratado como diário-monumento (Henrique, 2009), “... resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias” (Le goff, 1992, p. 548). Lembre-se, ainda, que os diários íntimos estão sujeitos a, pelo menos, dois tipos de edição. Uma edição primeira é realizada pelo autor/escritor do diário, que escolhe o conteúdo a ser registrado, o conteúdo a ser codificado e o que compreenderá a esfera do não-dito. A segunda edição ocorre em muitos diários antes de publicados, momento em que entram em ação familiares expurgando passagens consideradas comprometedoras da imagem do autor ou da família, ou editores profissionais que, em certos casos, alteram o conteúdo original.⁴ Como qualquer outro documento histórico, o diário íntimo exige que o pesquisador reflita sobre as condições de sua produção, sobre sua historicidade.

Feitas essas ressalvas, vejamos agora de que maneira pode um professor do Ensino Fundamental e Médio fazer uso desse tipo de documento durante suas aulas. Em primeiro lugar, deve-se dizer que a grande riqueza desse tipo de escrita de si está em sua dimensão social. O diário íntimo não fala apenas do sujeito que o

⁴ Como aconteceu com os diários publicados de Couto de Magalhães, André Rebouças, Joaquim Nabuco e Maria Carolina de Jesus.

escreve. Ao falar de si, o sujeito fala também das normas, valores, censuras, desafios de sua época. Continuidade de prática cultural de longa data, a linguagem que ele utiliza na tarefa de constituir uma identidade estável para si é construída socialmente. Se ele faz uso de códigos pessoais, geralmente é para ocultar coisas que compõem a esfera do secreto que também é constituída socialmente. Portanto, o conteúdo do diário íntimo fala de um indivíduo em sua relação com o mundo. Todo diário íntimo é relacional.

Dado o seu caráter relacional, o diário íntimo permite – e exige – abordagem interdisciplinar, princípio este tão caro ao ideário educacional dos dias de hoje. Trata-se de prática cultural de constituição de uma identidade estável para si (Psicologia), fazendo amplo uso de experiências com a(s) linguagem (ns) (Português/Letras/Artes), que expressa a maneira peculiar como um indivíduo situado em determinada configuração social (Sociologia), se relaciona com as questões de sua época e/ou tempo (História), em determinado espaço (Geografia). Como lida com os valores, crenças e descrenças (Ensino Religioso), como aprende a servir-se de seu corpo (Educação Física), como aprende a aprender (Pedagogia). Se escrito em período bastante recuado no tempo, a leitura do diário íntimo reforça em nós a ideia de que “o passado é um país estrangeiro” (Rowland, 1997), cujas diferenças não podem ser compreendidas sem certo estranhamento (Antropologia).⁵

O primeiro passo é escolher os diários íntimos, fato que implica certos limites temporais. No Brasil, eles são encontrados em maior número para os séculos XIX e XX. Certamente que o grande índice de analfabetismo que caracterizou nosso país em seus primeiros séculos ajuda a explicar esse fato. A vantagem é que hoje existem muitos diários íntimos publicados. Além desses, há que se pensar também em muitos outros que sobrevivem ao tempo cuidadosamente protegidos por guardiões da memória familiar ou

⁵ As aproximações aqui indicadas para cada campo do saber são, meramente, para fins de compreensão, eis que o diálogo entre as áreas é sempre mais complexo, sendo essas aproximações muitas vezes compartilhadas por áreas distintas.

naqueles que enfrentam o mofo da história esquecidos em algum porão. Não há hierarquia de valor entre diários íntimos publicados, escritos por figuras conhecidas, e aqueles não publicados, escritos por pessoas “comuns”. Ambos estão marcados pela dimensão social, ambos falam sobre o homem no espaço-tempo e, como dizia Marc Bloch (2001, p. 54), “... o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

Por outro lado, os diários devem ser escolhidos de acordo com o tema a ser discutido em sala de aula. Numa discussão sobre práticas culturais, sobre construção da identidade nacional brasileira, por exemplo, trechos do diário da baronesa de Langsdorff enriqueceriam a aula. Vejamos como ela registrou sua experiência no carnaval carioca, em janeiro de 1843:

Na tarde seguinte, meu marido, o sr. de Gerando e eu, já, ao tomarmos uma caleça, ficamos encharcados por grandes bolas de cera que nos lançaram nas costas. Rumamos para a residência dos Saint Georges. Fomos recebidos pelo sr. de Saint Georges vestido de algodão branco da cabeça aos pés, que defendia seu território, já transformado numa grande poça d'água. Ele próprio fizera um negro carregar um cesto de onde tirava grandes bolas de todas as cores e escolhera, sob a varanda do pátio interno, seu local de combate para impedir que se alcançasse a casa. Subimos aos aposentos das mulheres e ouvimos os gritos de alegria interrompidos por longos silêncios. Não vi nada tão animado. A sra. de Saint Georges e Inês, a governanta, estavam completamente molhadas; seus vestidos brancos deixavam correr a água no assoalho e seus cabelos estavam colados ao rosto. Negras traziam cestas de bolas e cabaças cheias de água; as crianças, no entanto, não participavam do folgado (Langsdorff, 2000, p. 132).

Diante dessa descrição do carnaval, possivelmente os alunos ficarão atônitos, talvez não reconheçam na descrição o carnaval carioca que estão acostumados a ver na televisão. Uma primeira observação é pertinente: quem (d)escreve? É preciso lembrar que a baronesa de Langsdorff é estrangeira, de origem

francesa, daí o estranhamento tão marcante em sua descrição do carnaval carioca, “não vi nada tão animado”, dizia ela. Em outro trecho, lamentava-se:

Nunca me senti tão longe da Europa. O que mais me impressionou foi a bizarrria das relações entre todas essas pessoas. Os escravos eram tratados por sua dona com uma doçura excessiva, e total liberdade, muito mais do que tratamos as crianças de nossos empregados (Langsdorff, 2000, p. 131).

Victorine Emille, a baronesa de Langsdorff, veio ao Brasil acompanhando seu marido, o Barão Émile de Langsdorff, enviado do rei da França junto à Corte Imperial do Brasil, para tratar do casamento do príncipe de Joinville com a irmã mais nova de D. Pedro II, Dona Francisca de Bragança. Em seu diário, além de registros sobre o carnaval, podem-se encontrar referências a escravidão, a semana santa, a teatralidade da corte de D. Pedro II, além do convívio da autora com a família imperial.

Pesquisas recentes sobre o carnaval carioca ajudam o professor a situar essa prática cultural na época descrita pela baronesa. Bolas de cera atiradas nas costas, gritos de alegria ao ver os corpos molhados dos “inimigos” de batalha, seguidos de silêncio preparatório de nova investida fulminante, senhores brancos localizados em posições estratégicas (seu “território”), negros e negras transportando cestas carregadas de bolas e cabaças cheias de água. Senhores e escravos se divertindo, juntos. As crianças, fora do “folguedo”!?! Eis a descrição do “entrudo” forma como o carnaval era brincado e conhecido em meados do século XIX, longe ainda do símbolo da identidade nacional ao qual foi promovido na primeira metade do século XX.

O entrudo era tradicional brincadeira carnavalesca, de origem portuguesa, incorporado pela elite colonial brasileira. Aos poucos, essa prática cultural foi extrapolando os círculos da elite e ganhando novos sentidos, muitas vezes discordantes entre si, tornando-se o mais popular dos jogos carnavalescos, até as

últimas décadas do século XIX. Escapando ao controle da elite, o entrudo passou a ser perseguido, sendo definido pelos letrados como mostra da “selvageria” popular. Ocorre que a brincadeira não se encaixava nos modelos de civilidade cultivados por nossa elite letrada (Pereira, 1992).

O registro da baronesa de Langsdorff sobre o carnaval carioca pode ser confrontado com trechos de outro diário, escrito em fins do século XIX, por Ina Von Binzer, jovem professora alemã que viveu no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), entre 1881 e 1884, trabalhando como preceptora de filhos de famílias abastadas. O texto é rico em descrições dos costumes brasileiros da época, além de reflexões sobre a situação dos escravos no período pré-abolição. Tudo isso escrito a partir de profundo olhar etnocêntrico, mas que vai se amenizando a medida que a autora convive mais com os brasileiros e seus costumes. Escrevendo seus registros íntimos em forma de carta destinada à amiga Grete, Ina Von Binzer narra sua ida ao dentista em pleno carnaval carioca:

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1882.

Grete: você já foi alguma vez ao dentista para arrancar um sólido dente do sizo? Talvez...

Mas aconteceu por acaso de lhe atirarem ao rosto, que você cuidadosamente procurava proteger, um projétil duro que estoura, enquanto um jacto de água com cheiro de patchuli escorre pelo seu pescoço abaixo? Não?

Então você não pode fazer idéia da quantidade de bile que possui. Não me contradiga: você não sabe mesmo. Pelo menos, de minha parte, quando me aconteceu isso que lhe estou contando agora, tive uma inesperada revelação sobre o poder do meu ódio, ficando bastante humilhada diante de mim mesma e perdendo a boa opinião que tinha a meu respeito.

Fiz esta descoberta na rua dos Ourives. Seu primeiro efeito foi, como lhe disse, o de roubar-me de um só golpe as lindas ilusões que mantinha em relação à amenidade de minha índole mas — “paff”! um segundo projétil com sua conseqüente inundação escolheu o lado oposto, apagando minha auto-acusação e me enfurecendo de novo: “piff”! outro passou e mais outro pelo meu nariz, indo rebentar na parede, atrás de mim. Procurava abaixar-me para

verificar a forma desses terríveis projéteis — “puff”, um estalo chocho na minha nuca despeja água pelas minhas costas abaixo... Alucinada de tanta raiva, estaquei, esquecendo completamente minha dor de dentes é comecei a olhar em volta.

Ceravam-me rostos onde se refletia o atrevido contentamento de quem vê diante de si a manifestação de uma fúria impotente: senhores elegantes, mulatinhos sujos, caixeiros, vadios e até senhoras nas sacadas pareciam transformados em demônios, rindo-se todos juntos como se tivessem conspirado contra aquela pobre infeliz torturada pela dor de dentes, alvejando-a com os tais objetos resistentes e encharcantes (...).

Ao chegar ao dentista tremendo de raiva dos pés à cabeça e espargindo respingos, banhada em lágrimas, caí no sofá da sala de espera do Dr. Muller que havia uma semana estava tratando de meus dentes.

— “Mas, que lhe aconteceu, minha cara senhorita?” — indagou ele da sala contígua.

Quando entrou e me viu ali sentada, pingando, sua expressão modificou-se, tomando o já citado ar de gozo. Percebi que dificilmente se continha para não estourar de rir.

— “Meu Deus!” exclamei indignada em último grau — “que se passa aqui no Rio? Enlouqueceram todos?”

Então, o Dr., sorrindo, tomou-me pela mão, levou-me até o calendário e mostrou-me com o dedo uma data do mês de fevereiro — “Carnaval” — soletrei” com um suspiro abafado! (Binzer, 1956, p. 69-71)

A cena se repete: senhores, “mulatinhos sujos”, caixeiros, “vadios e até senhoras nas sacadas”, em posições estratégicas, divertiam-se juntos, parecendo “transformados em demônios”, expressando no rosto “o atrevido contentamento” diante da fúria impotente da professora Ina Von Binzer. Os instrumentos também são os mesmos: cabaças cheias de água e cestas carregadas de bolas de cera que, atiradas contra o inimigo gratuito, despejam jatos de água com cheiro de patchuli. Entretanto, o relato de Ina Von Binzer insere elemento diferencial, se comparado ao registro da baronesa de Langsdorff: a presença de “mulatinhos sujos”, as crianças que a baronesa disse ficarem de fora do “folgado”.

Quando chega ao colégio e decide desabafar sua “aventura com os alunos, talvez imaginando encontrar a solidariedade que não encontrou na rua, a professora ouve em uníssono “o grito de guerra geral”: “Laranjinhas! Laranjinhas!”, referindo-se às bisnagas utilizadas para a batalha de tinta, água de cheiro e até mesmo perfume. Eis que o “conceituado colégio” se torna palco de novas “batalhas aquáticas”. No domingo, as meninas continuavam batalha, alagando o dormitório, num “bando embriagado pela água pulando e gritando como selvagens” (Binzer, 1956, p. 72).

Muito embora chocada por perceber que “os brasileiros ficam radiantes e completamente fora de si durante esses dias”, Ina Von Binzer não escondeu sua satisfação ao assistir “um grande desfile carnavalesco”: “não posso negar que foi brilhante”. Eis que a professora alemã nos delicia com impressionante retrato do carnaval da época, com carros com decoração encomendada de Lisboa e Paris, que ela definiu como sendo “extraordinariamente cômica”. No carro cuja decoração se intitulava “O verdadeiro retrato do inferno”, ela viu passarem diante de seus olhos “bonecos de palha representando monges, padres e freiras, surrados, queimados e supliciados na roda. Tudo isso num país católico!”. Em outro carro aplaudido “com grande entusiasmo”, representava-se:

Uma casinhola, de cujo sótão surgia com intervalos regulares de alguns minutos a caricatura do diretor dos telégrafos daqui, que com uma tesoura, procurava cortar os fios telefônicos colocado sobre a casa, o que de fato se deu, executado por ordem sua, a seus subordinados; aos carros alegóricos propriamente ditos, seguia-se uma fila interminável de mascarados, composta, aliás, somente de homens com mulheres de teatro ou do “demi-monde” (Binzer, 1956, p. 73).

Tanto os registros íntimos da baronesa de Langsdorff quanto os de Ina Von Binzer revelam o aspecto polissêmico do carnaval, palco de múltiplas tradições e múltiplos embates. “Apesar de haver proibição”, diz Ina Von Binzer, “repete-se a mesma coisa todos os anos e nas esquinas até as pretas oferecem à venda enormes

bandejas cheias de laranjinhas” (Binzer, 1956, p.72). Aos poucos, esse carnaval de tradição popular, que misturava ricos e pobres (muito embora não eliminasse as diferenças), senhores e escravos, adultos e crianças, homens e mulheres, que causava a impressão de que “enlouqueceram todos”, passa a ser alvo de proibições e perseguições mais rigorosas, visando eliminar tudo o que comprometia a imagem de um país “elegante” e “civilizado”, conforme se pretendia mostrar lá fora. Lembre-se que a imagem de carnaval que sobressai dos diários íntimos aqui apresentados não é mais “verdadeira” do que a revelada pelos jornais, cronistas ou documentação policial da época. Mas os diários revelam a prática cultural a partir de um ponto de vista particular, numa espontaneidade dificilmente encontrada em outras fontes.

Se o professor pretende discutir com os alunos o processo de construção dos heróis nacionais brasileiros, discussão pertinente em aula de História ou Sociologia pode fazer uso de trechos do diário íntimo do mineiro José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898). Por conta de sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), Couto de Magalhães foi condecorado pelo imperador D. Pedro II com o título de general, passando a ocupar lugar no panteão cívico de nossos heróis nacionais. Ele era presidente da província do Mato Grosso em 1866, sendo apontado como peça fundamental na expulsão dos paraguaios de Corumbá. Seus biógrafos não cansam de enaltecer seus feitos heróicos, apresentando-o como homem de “realizações corajosas e originais”, de vida “que se desdobra em aventuras, em desbravamentos”, em “lutas reais” (Meira, 1987, p. 1). Outras vezes, é descrito como o general que conseguiu livrar o Brasil da “ameaça” representada pela invasão dos paraguaios, onde “[no] meio de tanta perturbação, a têmpera rígida e a calma do General Couto de Magalhães foram sempre inalteráveis...” (Azevedo, 1898, p. 586).

José Vieira Couto de Magalhães nunca se mostrou insatisfeito com a imagem de herói. Ao contrário, alimentou o resto de sua vida a imagem de homem forte, equilibrado, moderado. Tanto

é que em todas as imagens que restaram dele, sejam retratos ou fotografias, sempre aparece ostentando a farda de general. Aos 7 de fevereiro de 1886, ele deu um passo decisivo na tentativa de eternizar sua imagem de herói: dirigiu-se ao ateliê do mais importante pintor paulista em fins do século XIX, Almeida Júnior, e pediu que este fizesse retrato seu. O general registrou o fato em seu diário íntimo, em forma de lembrete:

Tirar o meu retrato a oleo pelo Almeida Jr.

“Tirar o meu retrato a oleo pelo Almeida Jr.”⁶ Eis que, no retrato pintado por Almeida Jr., hoje sob a guarda do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o general aparece ostentando todas as suas medalhas e condecorações ao peito. Ao fundo, região descampada que faz alusão a uma das paisagens da Guerra do Paraguai.

Ora, o diário íntimo de Couto de Magalhães permite conferir ao herói da Guerra do Paraguai uma dimensão mais humana. Eis que seus registros íntimos revelam hipocondríaco assumido, que mal acabava de ler artigo sobre epilepsia e já começava a manifestar os sintomas desta doença. Pesava-se nu e vestido, tinha constantes crises de ansiedade, medo de envelhecer, medo de ficar pobre, automedicava-se e procurava acompanhar os estados do corpo e da alma nas anotações feitas no diário. Em registro de 29 de agosto de 1880, o general admitia:

O pretexto do ataque de hipocondria foi a leitura do artigo sobre epilepsia do Tram, de San.

⁶ O trecho acima foi recortado do diário original de Couto de Magalhães. Na edição publicada do diário (Couto de Magalhães, 1998), conferir trecho na página p. 212.

“[o] pretexto do ataque de hipocondria foi a leitura do artigo sobre epilepsia do Trousseau”.⁷ Identificar a dimensão humana do general significa, então, destruir a figura de homem forte, retirando-o de sua condição de herói? De forma alguma! O fundamental é demonstrar que o processo de heroificação implica muitas vezes na construção de “ilusão biográfica”, conforme definição de Bourdieu (1996). Por outro lado, Couto de Magalhães era homem de seu tempo e seus medos e ansiedades eram compartilhados por muitos outros homens e mulheres daquela época. Ler o diário íntimo do general permite a possibilidade de se alcançar uma linha de equilíbrio, colocando nas justas dimensões sua personalidade humana e histórica. Trata-se de herói de carne e osso, sujeito às mesmas fragilidades humanas perturbadoras dos mortais que não alcançam o panteão cívico nacional.

Há, ainda, diários íntimos que podem enriquecer discussões de temáticas ligadas ao século XX, exemplo de “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, escrito por Maria Carolina de Jesus (2006). A autora nasceu em Minas gerais, por volta de 1915 e morreu em São Paulo, em 1977. Depois de trabalhar como empregada doméstica em São Paulo passou a viver catando papel e outros tipos de material reaproveitável. Muito embora não tenha passado do segundo ano primário, Carolina de Jesus registrava suas experiências cotidianas na favela num diário íntimo, descoberto e publicado pelo jornalista Audálio Dantas, em 1960. Eis, então, uma das principais vantagens da utilização desse diário: dar visibilidade a pessoas “comuns”, enquanto protagonistas da História.

Assim como os diários de Rousseau, D. Pedro II, Couto de Magalhães, Ina Von Binzer, Joaquim Nabuco, entre outros, todos letrados e bem sucedidos social e economicamente, o diário da catadora de papel que morava numa favela é portador de dimensão social, também fala sobre o homem em tempo e espaço socialmente configurados. Além de ser pessoa “comum”, pobre e negra, atributos de população historicamente marginalizada no Brasil, trata-se

⁷ Na edição publicada do diário conferir página 96.

da possibilidade de evidenciar o protagonismo histórico de uma mulher. Essa mulher pobre e negra, semi-analfabeta, expressa em seu diário íntimo visão de mundo extremamente crítica e conscient das mazelas que explicavam o lugar que ela ocupava na sociedade. Se o garoto apresentado por Marc Bloch em seu “Apologia da História” perguntava a seu pai historiador “Papai, então me explique para que serve a História?”, Maria Carolina de Jesus, quando criança perguntava à sua mãe: “Porque a senhora não faz eu virar homem?”. Demos a ela a palavra:

(...) Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:

— Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

— Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem.

Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo (Jesus, 2006, p. 48).

Maria Carolina de Jesus apresentava, então, a mesma “incisiva objetividade dessa idade implacável” de que fala Marc Bloch, referindo-se ao garoto que formulou a pergunta que, se para alguns parecia ingênua, colocava o problema da legitimidade da história. A formulação de Carolina de Jesus também pode parecer, a muitos, ingênua. Mas ela levanta o problema, não da legitimidade da história, mas de quem faz a história. E a história sobre a qual incide a crítica de Carolina de Jesus é a mesma a que Marc Bloch se opõe terminantemente em “Apologia da História”: a história positivista, factual, voltada para a descrição das guerras em que se via a ação dos grandes homens, tidos como únicos defensores da pátria. Se, quando criança, Carolina de Jesus se indignava com o arco-íris, que insistia em distanciar-se dela, negando-lhe a realização do sonho de

tornar-se homem, na idade adulta a revolta era com os políticos, distantes do povo na mesma proporção do arco-íris. Uma diferença: quando criança, ela cansava, sentava e chorava ao não alcançar o arco-íris. Depois de adulta, conhecedora das causas que explicavam sua condição social, tinha consciência de que sentar e chorar não resolveria os problemas. Era preciso “lutar para melhorar o Brasil”.

Do início ao fim, o diário de Carolina de Jesus é marcado pelo tom de contestação, de crítica política e social. Aos 13 de maio de 1958, ela registrava:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. (...) Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:
– Viva a mamãe!
(...) Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo (...).
É assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (Jesus, 2006, p. 27)

O próprio título dado ao seu primeiro livro publicado, “Quarto de despejo”, foi retirado de trecho do seu diário íntimo, em que ela dizia: “quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus, 2006, p. 33). Conforme Lejeune (1997, p.105), “escrever um diário foi sempre uma atividade característica das filhas da nobreza e da burguesia, mas, em uma certa medida, a prática se espalhou ‘para baixo’, de modo análogo ao sistema educacional”. Foi graças a isso que mulheres pobres, socialmente marginalizadas, como Carolina de Jesus, puderam ter acesso a escrita de si nos diários íntimos, evidenciando, por meio de prática surgida entre os que escreviam a “história vista de cima”, a perspectiva da “história vista de baixo” (Sharpe, 1992).

Veja-se que são muitas as possibilidades de uso de diários íntimos em sala de aula, cada professor destacando temas

e abordagens de acordo com sua formação e objetivos. Como os diários não são escritos para discutir temas específicos, seu uso no Ensino Fundamental e Médio dependerá da capacidade do professor em perceber neles temas relacionados aos conteúdos discutidos em sala de aula. Como dizia Marc Bloch (2001), as fontes só falam quando se sabe interrogá-las, as páginas dos diários íntimos não falam por si mesmas.

Por fim, um último exemplo da possibilidade de uso de diários íntimos como recurso pedagógico. Eis o registro feito por Lima Barreto, aos 7 de junho de 1917.

Minha irmã acaba de chegar da rua (sete e meia da noite) e me traz a notícia de que um grande prédio em construção no Largo do Rossio acaba de desabar, matando quarenta operários. O antigo prédio era uma arapuca colonial, mas que, apesar da transformação, de ter tido as paredes eventradas, resistia impavidamente. O novo ia ser uma brutalidade americana, de seis andares, dividido em quartos, para ser hotel: Hotel New York (que nome!) um pombal, ou melhor: uma cabeça-de-porco. Somos de uma estupidez formidável. O Rio não precisa de semelhantes edifícios. Eles são desproporcionados com as nossas necessidades e com a população que temos. Com pouco mais, o seu construtor adquire os prédios vizinhos e faria coisa decente, proporcional, harmônica com a nossa vida e os nossos gostos. Mas a mania de imitarmos os Estados Unidos levamos a tais tolices. Uma casa dessas, servida por elevadores, povoada que nem uma vila povoada, é sempre uma ameaça para os que a habitam. Em caso de desastre, de acidente, os pequenos elevadores não a poderão esvaziar, a sua população. Mas os americanos... É o que eles chamam progresso. Fresco progresso! (Barreto, 2011, p. 43-44)

Em primeiro lugar, o registro permite discutir o processo de urbanização, de desodorização do espaço urbano, característico da cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX e ainda em curso à época do registro feito por Lima Barreto. Época em que as “arapucas coloniais”, associadas ao atraso, deveriam dar lugar às “brutalidades americanas”, símbolos do “fresco progresso”.

Eis que Paris vai, aos poucos, sendo substituída enquanto modelo de “progresso”, com os Estados Unidos ocupando esse lugar. O tom do registro de Lima Barreto é de contestação, indica vozes dissonantes no processo de expansão urbana do Rio de Janeiro. Não é contra a expansão urbana, mas defende outro projeto para a urbanização da cidade, com edifícios de forma “proporcional, harmônica com a nossa vida e os nossos gostos”. O registro do poeta permite, ainda, refletir sobre o descaso com o patrimônio cultural das cidades, em que muitas “arapucas coloniais”, símbolos de uma época, foram simplesmente derrubadas para dar lugar ao “fresco progresso”.

Outro enfoque interessante permite comparação com o que ainda hoje acontece na construção civil brasileira: a morte de operários, mártires do “fresco progresso”, vítimas da “estupidez formidável” que nos leva a “tais tolices” de imitar padrões arquitetônicos não condizentes com nossa realidade. Assim, em cidades como Belém do Pará, por exemplo, de clima quente e solo alagado, investe-se na construção de imensos edifícios verticais, em muitos dos quais seria impossível a ação do corpo de bombeiros em caso incêndio, pois não haveria instrumentos suficientes para atingir os andares mais altos. E a “estupidez formidável” continua gerando muitos operários mártires da construção civil, em Belém e em outros cantos do país.

O uso de diários íntimos na sala de aula conta com a vantagem de suporte comum entre adolescentes, seja no formato tradicional com cadernos específicos para esse fim, seja em agendas ou nos formatos mais recentes dos blogs e páginas de relacionamento da rede mundial de computadores, suportes da escrita de si *on-line*, indicadora de novas noções de intimidade e de constituição de identidade. Num longo e lento processo, os diários íntimos saíram das gavetas para a academia. Resta agora possibilitar os desdobramentos das análises feitas na academia para a sala de aula.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Miranda. “Necrologia: General Couto de Magalhães”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. III, 1898. São Paulo: Typographia de *El Diálogo Español*, 1898. P. 582-592.
- BARRETO, Lima. *Diário Íntimo – fragmentos*. Editora: Mercado Aberto, 2001.
- BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- BEDIAGA, Begonha. (org). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. “Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889)”. In: *Págu* – Núcleo de Estudos de Gênero, crônicas profanas, 2002 (19). P. 113-143.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 183-191.
- CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. (organização Maria Helena P. T. Machado) *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Coleção Retratos do Brasil).
- DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006.
- DAUPHIM, Cécile, POUBLAN, Daniele. “Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX”. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002. P. 75-87.

- GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. Rio Janeiro: EdUERJ, 2009.
- JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006.
- LANGSDORFF, Emille de. *Diário da baronesa E. de Langsdorff* relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o príncipe de Joinville: 1842-1843. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- LE GOFF, Jacques. “Os sonhos na cultura e na psicologia colectiva do Ocidente Medieval”. In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. P. 281-288.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. “Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário”. IN: *Cadernos Pagu* (8/9) 1997. P. 99-114.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. P. 1-36.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Ayres*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974. P. 209-233.
- MEIRA, Sílvio. “Couto de Magalhães e a integração nacional”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 148 (354), jan./mar. 1987. P. 1-18.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- NABUCO, Joaquim. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Por trás das máscaras: Machado de Assis e os literatos cariocas no carnaval da virada do século*. São Paulo: IFCH/ UNICAMP, ano 2, nº 3, 1992.
- REBOUÇAS, André. *Diário*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- ROWLAND, Robert. *Antropologia, História e diferença: alguns aspectos*. Porto: Afrontamento, 1997.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *As confissões*. São Paulo: Atena, 1959.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. P. 39-62.